



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA #G9A 9GD97-5@-8589

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas e três questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos destinado às respostas das questões discursivas



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e as respostas às questões discursivas
- o **tempo mínimo de permanência** do candidato em sala, após o início da prova, deve ser de **2 horas e 30 minutos**
- **30 minutos** antes do término da prova será permitido ao candidato **levar o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala



Língua Portuguesa

1

As frases abaixo são compostas por uma afirmação inicial, seguida por segmentos de tipos diversos. Aquela frase em que a afirmação inicial sublinhada mostra a seguir um argumento que a defende é:

- (A) Os automóveis brasileiros são muito ruins, foi o que disse o ex-presidente Collor, impedido durante seu mandato.
- (B) A automedicação é um hábito perigoso, e é o que fazem milhares de brasileiros irresponsáveis.
- (C) A venda de computadores de mesa está caindo, as empresas passaram a dar mais atenção à venda de portáteis.
- (D) As provas de concursos públicos reduziram em número este ano, embora o desemprego tenha aumentado.
- (E) Mesmo os restaurantes de luxo passaram a oferecer pratos executivos mais baratos; a crise atingiu também a mesa.

2

Um shopping mostrava o seguinte aviso na entrada de um dos seus elevadores: “É permitida a entrada de cães no elevador social e de serviço, apenas”.

A redação do texto mostra problemas estruturais, mas depreende-se do texto e da situação, que:

- (A) cães não podem entrar nas lojas ou andar pelos corredores;
- (B) os cachorros não podem subir pelas escadas rolantes;
- (C) os donos de cães só podem subir com os animais pelo elevador de serviço;
- (D) o transporte de animais deve ser obrigatoriamente realizado com acompanhantes no elevador social;
- (E) cães não são bem-vindos ao shopping.

3

O primeiro capítulo do livro *A evolução da escrita*, de Carlos M. Horcades, diz o seguinte:

Letras são como abelhas. Uma abelha sozinha é apenas um inseto irracional. Mas, se observarmos uma colmeia com seu funcionamento extremamente complexo, com operárias, soldados, babás, faxineiras, zangões e rainha, veremos que esses insetos primitivos desempenham funções bem determinadas. A abelha não tem inteligência individual, mas a colmeia é dotada de inteligência coletiva.

Isso acontece também com as letras. Uma letra sozinha não vale nada. Mas letras juntas formam palavras, e palavras são pensamento. (p.15)

Ao fazer uma analogia entre letras e abelhas, o autor do texto permite ao leitor uma série de inferências; entre as inferências abaixo, aquela que se mostra INADEQUADA é:

- (A) as letras devem ser diferentes entre si;
- (B) as letras juntas registram ideias;
- (C) o alfabeto permite a representação do pensamento organizado;
- (D) cada letra possui uma função específica nas palavras;
- (E) letra/palavra/frase/texto mostra uma evolução de complexidade.

4

O slogan publicitário *Se dirigir, não beba!* apela argumentativamente para um(a):

- (A) estrutura dialógica que coloca em discussão julgamentos de valor;
- (B) convencimento racional através do entendimento lógico;
- (C) intimidação do leitor, provocando constrangimento ou medo;
- (D) sedução do leitor por meio do destaque de alguma de suas qualidades, como a prudência;
- (E) tentativa de competição com os cidadãos mais responsáveis.

5

Todos os pensamentos abaixo partem de uma metáfora ou de uma comparação; o pensamento que mostra uma justificativa para a metáfora ou comparação realizada é:

- (A) A cidade não é uma selva de concreto; é um zoológico humano. (Desmond Morris)
- (B) Todas as especulações são cinza, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde. (Goethe)
- (C) Cada ave, com asas estendidas, é um livro de duas folhas aberto no céu. Protejamos esse livro. E aumentemos, com essa proteção, a miúda bibliografia. (Humberto de Campos)
- (D) A distância é como o vento. Acende os fogos grandes e apaga os pequenos. (D. Modugno)
- (E) A boa sociedade é uma horda de refinados, composta de duas tribos: uma que se aborrece e outra que aborrece. (Lord Byron)

Texto 1

A revista *Scientific American Brasil* publicou, em seu n. 18, o seguinte texto:

Analgésico espinhoso. *Embora a medicina tenha avançado o suficiente para tratar de dores de cabeça comuns, lesões musculares e procedimentos desagradáveis como obturação dentária, a dor inflamatória, da osteoartrite, de câncer ósseo e de lesões nas costas, provou ser um alvo muito mais elusivo. Os medicamentos atuais, entre eles a morfina e outros opiáceos, afetam todo o organismo e provocam efeitos colaterais perigosos. Remédios mais localizados, como injeções de esteroides, perdem efeito com o tempo. Recentemente, pesquisadores começaram a trabalhar com uma toxina encontrada em uma planta marroquina parecida com um cacto, que talvez possa proporcionar alívio permanente de dores locais com uma única injeção.* (Arlene Weintraub)

6

O adjetivo *espinhoso* dado ao substantivo *analgésico* no título do texto 1 é justificado por:

- (A) destinar-se a problemas sérios de algumas dores;
- (B) originar-se de um cacto, planta com espinhos;
- (C) esbarrar com dificuldades para sua criação;
- (D) produzir efeitos colaterais perigosos;
- (E) aparentar-se com opiáceos, semelhantes à morfina.

7

Embora a medicina tenha avançado o suficiente para tratar de dores de cabeça comuns, lesões musculares e procedimentos desagradáveis como obturação dentária, a dor inflamatória, da osteoartrite, de câncer ósseo e de lesões nas costas, provou ser um alvo muito mais elusivo.

Esse segmento do texto 1 traz um problema de estruturação que dificulta a compreensão. Esse problema é:

- (A) a não identificação clara dos termos abrangidos pela concessiva *embora*;
- (B) a concordância verbal errada na forma *provou* já que os sujeitos estão no plural;
- (C) a ausência do artigo definido unido à preposição “de” nos termos “de câncer ósseo e de lesões nas costas”;
- (D) a não repetição da preposição *de* antes dos termos “lesões musculares e procedimentos desagradáveis”;
- (E) o emprego deslocado do adjetivo *comuns* que, apesar de referir-se a “dores” parece junto ao substantivo “cabeça”.

8

Como outros textos jornalísticos, o texto 1 também apresenta uma estrutura segmentada em partes diferentes; dessa estrutura, no texto lido, só NÃO está presente:

- (A) apresentação de uma situação difícil;
- (B) confirmação da apresentação por meio de exemplos;
- (C) análise das causas que levaram à situação citada;
- (D) indicação de uma solução possível;
- (E) informação sobre as vantagens da solução indicada.

9

Na frase “...provou ser um alvo muito mais elusivo”, o adjetivo “elusivo”, nesse segmento do texto 1 pode ser substituído, mantendo-se o sentido da frase, por:

- (A) ilusório;
- (B) inconclusivo;
- (C) ambicionado;
- (D) discutível;
- (E) evasivo.

10

Remédios mais localizados, como injeções de esteroides, perdem efeito com o tempo.

O valor semântico do termo sublinhado se repete no seguinte pensamento:

- (A) O objeto em si não conta; importa a maneira como é apresentado. (Raoul Dufy)
- (B) Eu sou firme; você, obstinado; ele, teimoso como uma mula. (Bertrand Russell)
- (C) Para o biólogo, o homem é um animal como os demais. (Jean Rostand)
- (D) As ciências modernas, como a informática, muito dificultam o dia a dia. (M. Fernandes)
- (E) Pense como um homem de ação e aja como um pensador. (Henri-Louis Bergson)

11

Um professor de Sociologia solicitou a seus alunos que indicassem argumentos pertinentes ao seguinte tema: *Os árbitros esportivos deveriam aceitar auxílio de meios eletrônicos?*

Entre os argumentos listados abaixo, aquele que se mostra menos pertinente ao terreno sociológico é:

- (A) a possibilidade de serem reparados os erros cometidos;
- (B) o esporte deve continuar como espetáculo e não como espaço de especialistas;
- (C) o novo meio criaria uma discriminação entre países ricos e pobres;
- (D) o processo constituiria um progresso na área esportiva;
- (E) o homem seria dominado pela técnica.

12

Observe o seguinte texto:

Os robôs já sabem discernir e reagir à fala graças a softwares de reconhecimento de voz como a Siri do iPhone; mas as máquinas inteligentes ainda têm dificuldades com a maioria dos outros sons. “Em certo sentido esse é um problema mais simples, no entanto não tem havido muito trabalho com ruídos ambientais”, avalia o robocista Joseph Romano, da Rething Robotics, em Boston. “Isso não tem sido uma prioridade para o feedback robótico”.

Como outros textos, este também apresenta conectores, ou palavras de ligação, que organizam o texto por meio da ordenação das diferentes ideias.

Entre os conectores abaixo, aquele que apresenta seu valor semântico de forma adequada, de acordo com o texto, é:

- (A) e / alternativa;
- (B) graças a / consequência;
- (C) com / referência;
- (D) no entanto / concessão;
- (E) para / finalidade.

13

Um político declarou certa vez que a televisão é a causa do aumento da violência entre os jovens e, por isso, as leis devem cuidar de impor limites à sua programação.

No caso desse raciocínio, o erro está em:

- (A) utilizar defeitosamente o método dedutivo;
- (B) estabelecer uma analogia inadequada;
- (C) produzir uma digressão a partir de um dado desimportante;
- (D) criar um estereótipo;
- (E) mostrar uma relação causa/efeito defeituosa.

14

Sempre que passamos diretamente de uma premissa a uma conclusão, consideramos verdadeira uma ideia intermediária. Nos conjuntos abaixo, aquele que mostra uma conclusão antes da premissa é:

- (A) O chão do restaurante está escorregadio. / Alguém derramou azeite no chão.
- (B) Meu filho está se vestindo. / Meu filho vai sair.
- (C) Não vou poder escrever a carta. / Meu computador apresentou defeito.
- (D) A luz apagou na cidade. / Um acidente deve ter derrubado um transformador.
- (E) Meu time ganhou o jogo de ontem. / Meu time é o melhor do campeonato.

15

Um assaltante declarou ao juiz: “Senhor Juiz, minha família está passando necessidades, daí eu ter assaltado o banco”.

O argumento do assaltante mostra o seguinte problema estrutural:

- (A) a premissa não é verdadeira;
- (B) a conclusão não é decorrência lógica da premissa;
- (C) a estrutura tem validade, mas não tem verdade;
- (D) a premissa não é suficiente para a conclusão;
- (E) a conclusão não mostra relação lógica com a premissa.

16

Um jornal carioca anunciava aos turistas na cidade: Pesquisa da UFRJ mostrou que as praias do Rio não estão poluídas, por isso todos podem frequentá-las.

Nesse caso, o raciocínio se apoia numa premissa que é um(a):

- (A) fato;
- (B) opinião;
- (C) testemunho de autoridade;
- (D) analogia;
- (E) argumento absurdo.

17

Analise o seguinte raciocínio:

Observando alguns turistas brasileiros, deduzimos que os sulistas são mais ricos que os nordestinos.

Esse raciocínio é do tipo indutivo (do particular para o geral); a inferência realizada é fruto do(a):

- (A) generalização;
- (B) relação causa/efeito;
- (C) analogia;
- (D) opinião preconceituosa;
- (E) certeza infismável.

18

Algumas vezes dois enunciados não apresentam relação lógica entre si, daí que não possam ser considerados premissa e conclusão.

A alternativa em que os enunciados são independentes é:

- (A) O Brasil é o maior país da América do Sul. / O Brasil tem importância política na América do Sul.
- (B) Os mais ricos preferem os carros importados. / O BMW é um carro importado.
- (C) Bons juízes são raros. / Os juízes de qualidade devem ganhar mais.
- (D) O combustível está a cada dia mais caro. / É preferível comprar carros econômicos.
- (E) Os adolescentes estão viciados em celulares. / A educação dos filhos deve compreender o controle de uso dos seus celulares.

19

Observe o seguinte texto:

Mais uma vez morre uma criança vítima de bala perdida no centro do Rio de Janeiro. Na verdade, trata-se de uma demonstração clara da ineficiência policial. Quantos mais terão que morrer para que as autoridades reconheçam que a estratégia de segurança está errada?

Nesse texto, o argumentador apresenta:

- (A) sua própria opinião;
- (B) uma opinião particular como geral;
- (C) uma opinião alheia;
- (D) uma tese e a comenta;
- (E) várias opiniões que se opõem.

20

Nos itens abaixo aparecem: a designação da autoridade, o tratamento utilizado para essa autoridade, em forma abreviada, e o vocativo correspondente em casos de correspondência.

A alternativa em que, segundo o *Manual de Redação da Presidência da República*, todas as informações estão corretas é:

- (A) Senador – V. Ex.^a. – Excelentíssimo Senador;
- (B) Papa – V. S.^e. – Santíssimo Padre;
- (C) Chefe de Repartição – V. S.^a. – Senhor;
- (D) Deputado Federal – V. Excia.^a. – Excelentíssimo Senhor;
- (E) Reitor de Universidade – V. M. – Magnífico Reitor.

Raciocínio Lógico

21

Considere a sentença: “Se Pedro é torcedor do Avaí e Marcela não é torcedora do Figueirense, então Joana é torcedora da Chapecoense”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- (A) Se Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense, então Joana não é torcedora da Chapecoense.
- (B) Se Pedro não é torcedor do Avaí e Marcela é torcedora do Figueirense, então Joana não é torcedora da Chapecoense.
- (C) Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense ou Joana é torcedora da Chapecoense.
- (D) Se Joana não é torcedora da Chapecoense, então Pedro não é torcedor do Avaí e Marcela é torcedora do Figueirense.
- (E) Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense e Joana é torcedora da Chapecoense.

22

Considere a sentença: “Se x é um número par e y é um número maior do que x , então y é um número ímpar”.

Sendo x um elemento do conjunto A e y um elemento do conjunto B , um cenário no qual a sentença dada é sempre verdadeira é:

- (A) $A=\{2, 3, 4\}$ e $B=\{2, 3, 5\}$;
- (B) $A=\{2, 3, 4\}$ e $B=\{3, 4, 5\}$;
- (C) $A=\{1, 2, 3\}$ e $B=\{3, 4\}$;
- (D) $A=\{1, 2, 3\}$ e $B=\{4, 5\}$;
- (E) $A=\{3, 4\}$ e $B=\{5, 6\}$.

23

A negação lógica da sentença “Se eu como e não corro, então eu engordo” é:

- (A) Se eu como e não corro, então eu não engordo.
- (B) Eu como e não corro e não engordo.
- (C) Se eu não engordo, então eu não como ou corro.
- (D) Eu não como e corro e não engordo.
- (E) Se eu não como ou corro, então eu não engordo.

24

Em uma caixa só pode haver bolas pretas ou brancas. Sabe-se que a caixa não está vazia e que não é verdade que “todas as bolas na caixa são pretas”.

Então é correto concluir que:

- (A) nenhuma bola na caixa é preta;
- (B) todas as bolas na caixa são brancas;
- (C) há pelo menos uma bola preta na caixa;
- (D) há pelo menos uma bola branca na caixa;
- (E) há bolas pretas e bolas brancas na caixa.

25

Sabe-se que são verdadeiras as afirmativas:

- Se Z , então não X .
- Se não Z , então Y .

Logo, deduz-se que:

- (A) Z é necessário para X ;
- (B) Z é suficiente para Y ;
- (C) X é necessário para Y ;
- (D) X é suficiente para Z ;
- (E) Y é necessário para X .

26

Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
- Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.

Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- (A) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- (B) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- (C) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- (D) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- (E) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

27

Uma gaveta A tem sete canetas vermelhas e uma gaveta B tem sete canetas azuis. Essas são as únicas canetas contidas nas duas gavetas. Retiram-se três canetas da gaveta A , que são então colocadas na gaveta B . Agora, retiram-se, aleatoriamente, quatro canetas da gaveta B , que são então colocadas na gaveta A .

Após essas transferências, é correto afirmar que:

- (A) só ficaram canetas azuis na gaveta B ;
- (B) só ficaram canetas vermelhas na gaveta A ;
- (C) há pelo menos uma caneta vermelha na gaveta B ;
- (D) há pelo menos uma caneta azul na gaveta A ;
- (E) há mais canetas azuis na gaveta B do que canetas vermelhas na gaveta A .

28

João é mais baixo do que Ana. Pedro não é mais baixo do que Ana. Denise não é mais alta do que João.

É correto concluir que:

- (A) Ana é mais alta do que Pedro;
- (B) Pedro é mais baixo do que João;
- (C) Denise é mais alta do que Ana;
- (D) João é mais baixo do que Pedro;
- (E) Denise é mais alta do que Pedro.

29

Se o dobro de x é igual ao triplo de y , então a terça parte de x é igual:

- (A) à metade de y ;
- (B) ao dobro de y ;
- (C) à sexta parte de y ;
- (D) à quarta parte de y ;
- (E) ao sêxtuplo de y .

30

Sabe-se que:

- Se X é vermelho, então Y não é verde.
- Se X não é vermelho, então Z não é azul.
- Se Y é verde, então Z é azul.

Logo, deduz-se que:

- (A) X é vermelho;
- (B) X não é vermelho;
- (C) Y é verde;
- (D) Y não é verde;
- (E) Z não é azul.

Direito do Trabalho**31**

A empresa Alfa S.A. informou a todos os empregados, por meio de comunicação interna e cartazes no estabelecimento, que concederá férias coletivas de 30 dias a todos.

À luz da legislação em vigor, é correto afirmar que:

- (A) as férias coletivas poderão ser fracionadas em 3 períodos, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias;
- (B) somente se estiver previsto em norma coletiva é que poderá haver concessão de férias coletivas;
- (C) o empregador em tela precisa informar acerca do início e fim das férias ao Ministério do Trabalho e ao sindicato dos empregados com antecedência mínima de 15 dias;
- (D) por determinação legal, mesmo nas férias coletivas, um dos setores da empresa precisa continuar funcionando para receber eventual visita da fiscalização do Trabalho;
- (E) a CLT prevê que, em havendo concessão de férias coletivas, serão os empregados, excepcionalmente, que marcarão o período de férias.

32

Marco Antônio exerce a função de garçom no Restaurante Beira Mar, recebendo, mensalmente, a título de remuneração, o valor equivalente ao piso salarial da categoria, além da quantia relativa ao rateio das gorjetas espontaneamente dadas pelos clientes.

Considerando a realização habitual de trabalho extraordinário pelo empregado em questão, é correto afirmar, à luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, que:

- (A) somente se a gorjeta for fiscalizada pelo empregador ela será considerada para fins de horas extras;
- (B) o valor das gorjetas não serve de base de cálculo para pagamento das horas extraordinárias;
- (C) não haverá qualquer integração porque ela só ocorre no caso de gorjeta compulsória, cobrada na nota, e não com a gorjeta espontânea, como é o caso;
- (D) as horas extraordinárias deverão ser quitadas considerando-se as gorjetas pagas;
- (E) garante-se que metade do valor das gorjetas integre a base de cálculo da sobrejornada.

33

Maria Helena é empregada de uma grande empresa, exercendo cargo de confiança. Em razão da comprovada necessidade do serviço, foi transferida, sem sua prévia anuência, para filial da empresa situada em outro Estado, o que lhe impôs a mudança de sua residência.

Considerando o caráter definitivo dessa transferência, é correto afirmar, à luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, que:

- (A) essa alteração do local de trabalho não se presume abusiva, sendo indevido o pagamento do adicional de transferência;
- (B) a transferência pode ser realizada, mas Maria Helena tem direito ao adicional de transferência de no mínimo 25%;
- (C) a transferência é abusiva, e Maria Helena poderá conseguir judicialmente a sua reversão;
- (D) a transferência somente será válida se a empregada receber adicional respectivo de 50% do seu salário;
- (E) a transferência é abusiva, mas isso não retira o direito da empregada de receber o adicional de transferência.

34

Arnaldo é empregado da empresa Gama Ltda., que fornece alimentação, com habitualidade, a todos os seus empregados, sem qualquer desconto salarial.

Considerando a inexistência de norma coletiva disciplinando esse fornecimento e que a empresa participa do Programa de Alimentação ao Trabalhador, é correto afirmar, à luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, que:

- (A) uma vez que a verba era habitual, não terá o condão de ser incorporada ao salário, o que somente aconteceria se fosse eventual;
- (B) o valor correspondente à alimentação habitualmente fornecida não deve integrar o salário de Arnaldo para os efeitos legais;
- (C) caberá ao empregador definir se deseja, ou não, fazer a integração da alimentação, pois a Lei é omissa;
- (D) trata-se de salário utilidade ou *in natura* que, assim, deve ser integrado ao salário na razão de 20% para todos os fins;
- (E) garante-se que metade do valor da alimentação seja integrada ao salário do obreiro.

35

Eduardo foi dispensado por justa causa pela empresa Esperança S.A. Ajuizou ação trabalhista postulando a conversão da ruptura em dispensa imotivada e o pagamento de verbas decorrentes da rescisão unilateral do contrato de trabalho. Na sentença prolatada pelo juízo da 30ª Vara do Trabalho de Palhoça (SC), foi reconhecida a resolução bilateral contratual, em razão da prática de atos faltosos por ambos os contratantes.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) o empregado receberá todas as verbas regularmente, nos mesmos moldes da dispensa sem justa causa;
- (B) a lei determina que o juiz analise o grau de culpabilidade de cada litigante para definir se o trabalhador merece, ou não, receber alguma indenização;
- (C) nenhuma verba será devida, porque houve reconhecimento judicial de culpa do empregado;
- (D) é devido o pagamento de 50% do aviso prévio, do 13º salário e das férias proporcionais, assim como 20% da indenização compensatória do FGTS;
- (E) somente haverá pagamento de indenização se o empregado tiver mais de doze meses no serviço.

36

Alberto, empregado da empresa União Ltda., sofreu acidente de trabalho e se encontra em fruição de auxílio-doença acidentário. É correto afirmar, à luz da legislação trabalhista, que:

- (A) o FGTS não deverá ser recolhido porque Alberto não está trabalhando;
- (B) o contrato encontra-se interrompido, pelo que é devido o FGTS, mas o período não será considerado para fim algum;
- (C) o FGTS deve ser depositado e haverá garantia no emprego para Alberto até cinco meses após o retorno;
- (D) está suspenso o contrato de trabalho, sendo devido o recolhimento do FGTS e o cômputo do respectivo lapso temporal no período aquisitivo de férias, salvo se perdurar por mais de seis meses, ainda que descontínuos;
- (E) em virtude do afastamento ter ocorrido em razão de acidente do trabalho, a Lei determina o pagamento de metade do FGTS e o cômputo de metade do período de afastamento para fins de férias.

37

Waldir é empregado da empresa Ômega. Recebe R\$3.000,00 mensais e exerce suas funções em contato habitual, embora por tempo extremamente reduzido, com substância inflamável.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) Waldir terá direito ao adicional de periculosidade, porque fatalidade não tem momento certo para acontecer;
- (B) considerando o contato por tempo reduzido, o empregado fará jus ao pagamento de metade do adicional de periculosidade;
- (C) não lhe é assegurado o pagamento de adicional de periculosidade, pois nesse caso considera-se que o contato se deu de forma eventual;
- (D) diante da esporadicidade do risco de morte, o TST determina que o adicional de periculosidade seja substituído pelo pagamento do adicional de insalubridade;
- (E) o empregado receberá adicional de periculosidade na razão de 30% sobre o salário mínimo.

38

Thiago é empregado em estabelecimento bancário, exercendo função de gerência (gerente de relacionamento). Apesar da existência de cláusula coletiva prevendo o pagamento de gratificação de função no valor de 50% do salário do cargo efetivo, a empresa paga uma gratificação de função no valor de um terço do respectivo salário.

Considerando que Thiago trabalha oito horas diárias, é correto afirmar, à luz da legislação e da jurisprudência do TST, que:

- (A) Thiago não será considerado ocupante de cargo de confiança por faltar o elemento objetivo, e assim terá direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras;
- (B) desde que presente o elemento subjetivo, o empregado ocupa cargo de confiança, independentemente do salário auferido;
- (C) o empregado em questão não deixará de ser caracterizado exercente de função de confiança, cabendo ao juiz, de ofício, determinar o pagamento da diferença da gratificação;
- (D) não se cogita do pagamento de horas extras porque o gerente ocupa cargo de confiança e, assim, não tem limite de jornada;
- (E) não há direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras, em razão de o empregado ocupar cargo de confiança bancário, percebendo gratificação não inferior ao terço legal.

39

Determinada empresa, atendendo à solicitação do sindicato representativo da categoria profissional, efetuou os descontos da contribuição assistencial prevista em instrumento coletivo nos salários de todos os seus empregados, independentemente de serem ou não filiados à respectiva entidade sindical.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) a dedução em tela somente poderia ser feita em relação aos não sindicalizados, pois os filiados já pagam mensalidade ao sindicato;
- (B) o desconto nos salários dos empregados não sindicalizados viola o direito de livre associação e sindicalização, sendo passíveis de devolução;
- (C) todos os empregados, filiados ou não, devem pagar a contribuição assistencial, mesmo porque todos são beneficiados quando é ultimada a convenção coletiva;
- (D) o desconto é ilícito em relação a todos os empregados, sendo possível a devolução em dobro daquilo que foi indevidamente subtraído dos trabalhadores;
- (E) o desconto é válido porque aquele que não quiser colaborar deve manifestar seu desejo nesse sentido, presumindo-se na omissão que deseja colaborar com o seu sindicato.

40

Dalva é empregada da empresa Estrela do Sul S.A. e possui um filho menor de 18 anos, que frequenta regularmente a escola. Requereu ao seu empregador que pudesse gozar as suas férias em período coincidente com as férias escolares de seu filho.

À luz da CLT, é correto afirmar que:

- (A) Dalva tem direito àquilo que reivindica, pois tendo filho estudante menor de 18 anos, pode fazer coincidir as suas férias com as escolares;
- (B) para que a empregada possa fruir do direito perseguido, deverá assim requerer ao empregador em até 15 dias antes do término do período aquisitivo;
- (C) somente se a empregada também fosse estudante é que poderia tirar férias no mesmo período das férias escolares de seu filho;
- (D) caso Dalva seja casada com empregado da Estrela do Sul S.A., a família poderá tirar as férias no recesso escolar de seu filho;
- (E) o empregador não está obrigado a conceder as férias em período coincidente com as férias escolares do filho menor de sua empregada.

Direito Processual do Trabalho

41

Conforme disposição expressa na CLT, os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final. Diante desse preceito normativo, e considerando a jurisprudência uniforme do TST, o recurso ou a ação em que se admite o *ius postulandi* das partes na Justiça do Trabalho é:

- (A) mandado de segurança;
- (B) ação cautelar;
- (C) recurso ordinário adesivo;
- (D) recurso de revista;
- (E) ação rescisória.

42

Aloísio ajuizou ação trabalhista em face da empresa Segurança Sulista Ltda. postulando o pagamento de adicional de insalubridade. Em contestação, a reclamada informa que o Sindicato representante da categoria profissional do autor ajuizara ação civil coletiva, com pedido idêntico, em benefício de todos os empregados da empresa, juntando aos autos cópia da referida ação coletiva.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da legislação de regência, que:

- (A) há conexão entre as duas ações;
- (B) a ação coletiva não induz litispendência para a ação individual, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* não beneficiam o autor da ação individual;
- (C) há litispendência entre as duas ações;
- (D) há continência entre as duas ações;
- (E) a ação coletiva não induz litispendência para a ação individual, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* não beneficiam o autor da ação individual, caso não requerida a suspensão em 30 dias da ciência da demanda coletiva.

43

Em determinado processo trabalhista, o juiz determinou o fracionamento da audiência. Na primeira delas, tentou sem êxito o acordo e, após receber a defesa, definiu as provas que seriam produzidas: depoimentos pessoais recíprocos, sob confissão, e testemunhal. Na segunda audiência designada, a reclamada não se fez presente à audiência, embora tenha comparecido o advogado da empresa. O juiz manifestou-se no sentido de que não desejava espontaneamente produzir provas.

À luz da legislação trabalhista e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) o juiz deverá aplicar a confissão contra a empresa e julgar de acordo com as provas já produzidas nos autos;
- (B) deverá ser aplicada a revelia em desfavor da acionada em virtude da sua ausência;
- (C) estando o advogado da ré presente, a demanda deve prosseguir normalmente, com colheita do depoimento pessoal do autor e das testemunhas, se houver;
- (D) não há previsão legal ou jurisprudencial a respeito, assim o juiz deverá apreciar a situação com equidade e definir o destino do feito como entender justo;
- (E) o juiz adiará a audiência e concederá prazo para a juntada de justificativa da ausência do preposto da reclamada.

44

Em ação rescisória movida na Justiça do Trabalho, o autor pretende utilizar um documento que já existia à época da ação principal, mas que a parte interessada ignorava. O adversário se insurgiu contra o uso desse documento, afirmando que ele não seria prova nova, haja vista que já existia e deveria ter sido utilizada, se fosse o caso, na época própria, de modo que teria havido preclusão.

Diante da jurisprudência uniforme do TST, considera-se prova nova, para efeito de ação rescisória na Justiça do Trabalho:

- (A) aquela que se refere a um fato novo, que tenha ocorrido após o trânsito em julgado da decisão rescindenda;
- (B) a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda;
- (C) a sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte;
- (D) a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo;
- (E) a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas não exibida pela parte em virtude de negligência do seu advogado.

45

Márcia ajuizou ação trabalhista em face da empresa Maravilha S.A., com pedido liminar, postulando sua imediata reintegração no emprego, por ter sido dispensada grávida. O juiz indeferiu o pedido liminar, mas concedeu a tutela de urgência quando da prolação da sentença, determinando sua imediata reintegração.

À luz da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que a tutela provisória concedida na sentença:

- (A) pode ser impugnada por recurso ordinário, sem possibilidade de obtenção de efeito suspensivo;
- (B) não pode ser impugnada porque havia sido originalmente indeferida;
- (C) pode ser impugnada por recurso ordinário, com possibilidade de obtenção de efeito suspensivo mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator, presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido;
- (D) pode ser impugnada por mandado de segurança;
- (E) pode ser impugnada por exceção de pré-executividade, evitando-se que opere efeitos imediatos.

46

Ajuizados embargos de devedor no bojo de uma execução trabalhista, e devidamente contestado, ele foi julgado procedente em parte, e somente a empresa recorreu. Ao ser intimado para apresentar contrarrazões ao agravo de petição, o reclamante imaginou valer-se de um recurso adesivo para tentar reverter a parte da decisão que lhe foi desfavorável.

Nos termos da jurisprudência uniforme do TST, em relação ao recurso adesivo, é correto afirmar que:

- (A) não é possível, pois o recurso adesivo é incompatível com o processo do trabalho, em razão do princípio da celeridade processual;
- (B) é compatível com o processo do trabalho e cabível também na hipótese de agravo de petição, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do agravo de petição interposto pela parte contrária;
- (C) é compatível com o processo do trabalho, mas cabível somente no caso de recurso ordinário, o que não é a hipótese;
- (D) pode ser manejado na seara trabalhista e deve ser interposto no prazo de 15 dias;
- (E) é compatível com o processo do trabalho, sendo cabível na hipótese de interposição de recurso de revista, desde que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso de revista interposto pela parte contrária.

47

Rickson ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa Pastel de Ouro Ltda., postulando o pagamento de vale-transporte, FGTS não depositado em 6 meses do ano de 2016, horas extras, diferença em razão de equiparação salarial e verbas resilitórias. Em defesa, a Pastel de Ouro Ltda. advoga que Rickson é vizinho da empresa, portanto não utiliza transporte público; que depositou regularmente o FGTS na conta vinculada do empregado; que a quantidade e qualidade da produção do modelo era superior à do autor; que a convenção coletiva da categoria afirma que a jornada lançada nos controles é correta, pois o sistema foi auditado pelo sindicato de classe dos empregados; que a empresa não dispensou o reclamante, e sim que esse deixou de comparecer ao serviço.

Em relação ao ônus da prova no caso apresentado, à luz da jurisprudência do TST, é correto afirmar que:

- (A) o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado, por se tratar de fato constitutivo de seu direito;
- (B) é do empregado o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o não pagamento é fato constitutivo do direito do autor;
- (C) a presunção de veracidade da jornada de trabalho pode ser elidida por prova em contrário, salvo se prevista em instrumento normativo;
- (D) em processo que verse sobre pedido de equiparação salarial, é ônus do equiparando provar que desempenhava o seu trabalho com a mesma produtividade e a mesma perfeição técnica que o paradigma;
- (E) é do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.

48

Armando ajuizou ação trabalhista em face do Município de Sucupira, postulando o pagamento de verbas decorrentes da ruptura imotivada de seu contrato de trabalho. A sentença julgou procedente a pretensão. A decisão submeteu-se à remessa obrigatória em duplo grau de jurisdição, sem a interposição de recurso ordinário voluntário pelas partes. O Tribunal Regional do Trabalho manteve a sentença.

À luz da jurisprudência do TST, é correto afirmar que:

- (A) é incabível a interposição de recurso de revista pelo Município para impugnar a decisão proferida pelo TRT;
- (B) é cabível a interposição de recurso ordinário pelo Município para impugnar a decisão proferida pelo TRT;
- (C) é cabível a interposição de agravo de petição pelo Município para impugnar a decisão proferida pelo TRT;
- (D) é cabível a interposição de agravo de instrumento pelo Município para impugnar a decisão proferida pelo TRT;
- (E) ainda que tivesse sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta ao Município, não seria cabível a interposição de recurso de revista pelo ente público para impugnar a decisão proferida pelo TRT.

49

Catarina é advogada em processo eletrônico trabalhista e precisa enviar ao juízo da 36ª Vara do Trabalho de Chapecó (SC), no prazo por esse fixado, uma petição com grande volume de documentos, o que torna tecnicamente inviável a sua digitalização.

Considerando a legislação que disciplina a informatização do processo judicial, é correto afirmar que a advogada deverá:

- (A) requerer a digitalização dos documentos à secretaria da Vara do Trabalho, dentro do prazo fixado pelo juízo;
- (B) apresentar à secretaria da Vara do Trabalho, dentro do prazo fixado pelo juízo, cópias autenticadas dos documentos;
- (C) apresentar os documentos à secretaria da Vara do Trabalho, no prazo de dez dias contados do envio de petição eletrônica, comunicando o fato, que serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado;
- (D) requerer ao juízo a dilação do prazo e solicitar a digitalização dos documentos ao setor responsável no TRT;
- (E) apresentar os documentos à secretaria da Vara do Trabalho, no prazo de quinze dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, que serão devolvidos à parte após a prolação da sentença.

50

Das situações abaixo listadas, NÃO é da competência da Justiça do Trabalho:

- (A) declarar abusividade de uma greve deflagrada na iniciativa privada;
- (B) julgar ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente;
- (C) executar a parcela denominada RAT (risco ambiental do trabalho);
- (D) julgar ação de indenização por dano moral oriunda de acidente do trabalho;
- (E) julgar execução fiscal de multa aplicada por auditor fiscal do trabalho.

Direito Civil

51

Leopoldo trabalha na empresa Calçados de Navegantes Ltda. e, no mês de maio de 2017, não trabalhou dia algum e não apresentou qualquer justificativa. Chegando o dia 5 de junho de 2017, quando os colegas começaram a receber o salário do mês de maio e nada foi entregue a Leopoldo, ele questionou o pagamento do salário do mês em questão.

Diante da situação concreta, de acordo com os princípios gerais que regem os contratos, é correto afirmar que:

- (A) está errado o empregado, pois a teoria *rebus sic stantibus* determina que somente trabalhando mais de metade do mês há direito a salário;
- (B) ambas as partes estão erradas, pois não agiram de boa-fé, a despeito de a conduta reta e honesta ser um princípio basilar dos contratos no Direito Civil;
- (C) está correta a empresa, pois, em razão da *exceptio non adimpleti contractus*, o empregador não precisa cumprir a sua obrigação se o outro contratante não cumpriu a sua parte;
- (D) está errada a empresa, pois vigora o princípio da *pacta sunt servanda*, pelo que ela é obrigada a cumprir a sua parte no contrato;
- (E) está correto o empregador, em virtude da cláusula resolutória implícita existente em qualquer contrato formulado nos moldes do Código Civil.

52

Enzo e Lucas são grandes amigos e, por estar Enzo em dificuldades financeiras, Lucas emprestou-lhe R\$2.000,00, ficando acertado que a devolução do numerário ocorreria 30 dias depois. Passado um mês, Enzo disse que continuava com grave dificuldade e que não teria dinheiro para honrar o compromisso. Penalizado com a situação, Lucas resolveu perdoar a dívida, afirmando que uma boa amizade teria maior valor que dinheiro. Enzo agradeceu a sensibilidade e aceitou a oferta do amigo.

No caso apresentado, a obrigação foi extinta por:

- (A) remissão;
- (B) transação;
- (C) dação em pagamento;
- (D) remição;
- (E) compensação.

53

João foi contratado como vendedor por uma empresa de Canoinhas (SC) e, para o exercício da sua função, recebeu um telefone celular corporativo, assinando um contrato de comodato.

O bem objeto do comodato é:

- (A) consumível e acessório;
- (B) móvel e incorpóreo;
- (C) infungível e inconsumível;
- (D) imóvel e público;
- (E) fungível e indivisível.

54

O contrato de trabalho é complexo, de modo que pode ser associado a outros contratos de natureza civil.

Caso o empregado receba procuração para representar o empregador perante repartições públicas e órgão da administração de maneira geral, a modalidade contratual que estará sendo aglutinada ao contrato de emprego denomina-se:

- (A) compromisso;
- (B) mandato;
- (C) mútuo;
- (D) comodato;
- (E) gestão de negócios.

Direito Processual Civil

55

Joaquim, que reside em Minas Gerais, pretende ajuizar uma ação postulando a reparação de danos causados por uma empresa construtora, com sede localizada na cidade de São Paulo.

Considerando que o ato causador do dano ocorreu na cidade de Florianópolis, para a propositura dessa ação o foro competente é o:

- (A) do domicílio do autor;
- (B) do lugar da sede da empresa;
- (C) do lugar do fato ou ato;
- (D) do domicílio do autor ou do lugar da sede da empresa;
- (E) do domicílio do autor, do lugar da sede da empresa, ou do lugar do fato ou ato.

56

Marcella, advogada de uma empresa em processo que tramita numa Vara Cível da Comarca de Caçador (SC), foi intimada pelo juízo, numa quarta-feira, para a prática de determinado ato processual no prazo de cinco dias.

Considerando ser feriado na segunda-feira da semana seguinte, o termo final do prazo processual concedido à patrona se dá na:

- (A) segunda-feira da semana seguinte;
- (B) terça-feira da semana seguinte;
- (C) quarta-feira da semana seguinte;
- (D) quinta-feira da semana seguinte;
- (E) sexta-feira da semana seguinte.

57

A Empresa ABC Telefonia S.A. ajuizou uma ação de cobrança em face de Álvaro, em razão da existência de faturas em atraso. Preenchidos os requisitos essenciais da petição inicial, e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designou audiência de mediação, com antecedência de 40 (quarenta) dias, citando-se então o réu com 20 (vinte) dias de antecedência.

Diante dessa situação hipotética, e de acordo com o CPC, é correto afirmar que:

- (A) houve erro no procedimento do juiz, pois a audiência deveria ter sido designada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;
- (B) houve erro no procedimento do juiz, pois o réu deve ser citado com 30 (trinta) dias de antecedência;
- (C) não houve qualquer erro no procedimento do juiz, sendo certo que a audiência deve ser realizada, ainda que ambas as partes manifestem, expressamente, desinteresse na composição consensual;
- (D) houve erro no procedimento do juiz, pois deveria encaminhar os autos ao Ministério Público, antes da designação da audiência de mediação;
- (E) não houve erro no procedimento adotado, já que poderá haver mais de uma sessão destinada à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão.

58

Adelaide, com 63 anos, ajuizou ação de indenização por danos morais e estéticos, na Justiça Estadual de Araranguá (SC), em face da empresa Constelação Ltda.

De acordo com a legislação de regência, é correto afirmar que:

- (A) não lhe é assegurada a prioridade na tramitação do processo, pois tem idade inferior a 65 anos;
- (B) lhe é assegurada a prioridade na tramitação do processo, independentemente de requerimento à autoridade judiciária;
- (C) lhe é assegurada a prioridade na tramitação do processo, devendo fazer prova de sua idade, e requerer o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito;
- (D) lhe é assegurada a prioridade na tramitação do processo, que cessará com a morte do beneficiado, independentemente de a falecida deixar como viúvo um idoso, haja vista o caráter pessoal;
- (E) lhe é assegurada a prioridade na tramitação do processo, desde que haja parecer favorável do Ministério Público.

59

Milena celebrou um contrato de adesão com a empresa Céu S.A., tendo por objeto o fornecimento de sinal de TV a cabo. Em determinada cláusula do contrato de prestação de serviços consta convenção das partes, atribuindo à adquirente dos serviços o ônus de provar, em caso de eventual litígio judicial, que o local de sua residência oferece as condições técnicas adequadas para o fornecimento do sinal de TV a cabo com a qualidade contratada.

Diante dessa situação hipotética, e de acordo com o CPC, é correto afirmar que a cláusula é:

- (A) nula, pois o CPC não admite convenção das partes sobre distribuição do ônus da prova;
- (B) nula, pois torna excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito;
- (C) válida, pois tem amparo no CPC;
- (D) nula, pois recai sobre direito indisponível da parte;
- (E) válida, pois tem amparo no Código de Defesa do Consumidor.

60

Alfredo ajuizou ação de natureza cível em face da empresa Marketing S.A., com pedido liminar de tutela de urgência, que foi deferido pelo juízo após justificação prévia.

De acordo com o CPC, é correto afirmar que o autor:

- (A) responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável;
- (B) não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se o juiz acolher a alegação de decadência do direito;
- (C) responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, independentemente do resultado da sentença;
- (D) não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se o juiz acolher a alegação de prescrição da pretensão do autor;
- (E) não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal.

Direito Constitucional

61

Após regular processamento, determinada Turma de Tribunal Regional do Trabalho, ao apreciar o recurso interposto pela parte vencida, não visualizou vício de inconstitucionalidade na norma que embasava o pedido do trabalhador, mantendo, com isso, a condenação imposta pela Vara do Trabalho justamente com base na referida norma. Insatisfeito com o acórdão, o empregador sustentou a existência de equívoco procedimental, já que não observada a regra do art. 97 da Constituição Federal de 1988 e a interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o proceder da Turma, no que diz respeito à análise da constitucionalidade da norma, está:

- (A) correto, pois o controle difuso de constitucionalidade é realizado por qualquer órgão jurisdicional, que pode deixar de aplicar a norma inconstitucional;
- (B) incorreto, pois o controle difuso de constitucionalidade somente poderia ser realizado pelos juízes singulares, não pela Turma, que realiza o controle concentrado;
- (C) correto, pois a Turma não reconheceu o vício de inconstitucionalidade da norma, limitando-se a aplicá-la ao caso concreto;
- (D) incorreto, pois a Turma, em respeito à reserva de plenário, não poderia realizar o controle difuso de constitucionalidade, devendo submeter a matéria ao pleno;
- (E) correto, desde que o acórdão prolatado pela Turma tenha contado com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

62

Roberto nasceu no território brasileiro quando seus pais, Antônio e Joana, cidadãos franceses, aqui se encontravam pelo período de dois meses em gozo de férias. Logo após o nascimento, foi levado pelos pais para a França, somente retornando ao Brasil 30 anos depois. Ao retornar, teve grande afeição pela cultura brasileira e decidiu que iria candidatar-se ao cargo de Presidente da República tão logo alcançasse a idade exigida.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a futura candidatura de Roberto, caso observados os demais requisitos exigidos:

- (A) é possível, por ser brasileiro nato;
- (B) é possível, desde que renuncie à nacionalidade francesa;
- (C) é possível, desde que se naturalize brasileiro;
- (D) é possível, se optou pela nacionalidade brasileira até os dezoito anos;
- (E) não é possível, por ser estrangeiro.

63

A Lei X, do Estado Y, que teve origem em projeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, com o objetivo de organizar a rotina administrativa, dispôs que os presidentes dos entes da administração pública indireta teriam a prerrogativa de serem ouvidos, como testemunhas, em dia, hora e local previamente ajustados com o juízo competente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei X é:

- (A) constitucional, porque o Estado tem competência concorrente com a União para legislar sobre procedimentos;
- (B) inconstitucional, por ter violado a competência privativa da União para legislar sobre direito processual;
- (C) constitucional, porque a igualdade formal pode ser excepcionada com tratamentos diferenciados razoáveis;
- (D) inconstitucional, já que somente a Constituição Estadual, por força da simetria, poderia veicular tais prerrogativas;
- (E) constitucional, porque o Estado tem competência para legislar sobre o regime jurídico dos seus servidores.

64

Antônio, servidor público federal, após anos atuando em laboratório federal direcionado ao desenvolvimento de vacinas contra doenças infectocontagiosas, requereu, à autoridade competente, a concessão de aposentadoria especial por ter exercido sua atividade em condições que prejudicam a saúde.

O pedido de Antônio não foi sequer analisado, sendo indeferido de plano. O argumento utilizado para embasar a decisão é o de que o art. 40, § 4º, III, da Constituição Federal de 1988, exige que os requisitos e os critérios diferenciados para a concessão desse tipo de aposentadoria devem ser definidos em lei complementar, que ainda não foi editada, informação esta que é correta.

À luz da sistemática constitucional e da interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, deve-se reconhecer que:

- (A) o entendimento da Administração Pública está correto, nada podendo ser feito por Antônio;
- (B) apesar de o entendimento da Administração Pública estar correto, Antônio pode ter o seu pedido analisado impetrando mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal;
- (C) apesar de o entendimento da Administração Pública estar correto, Antônio pode ter o seu pedido analisado impetrando mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal;
- (D) o entendimento da Administração Pública está incorreto, de modo que Antônio deve impetrar um *habeas data* perante o Supremo Tribunal Federal;
- (E) o entendimento da Administração Pública está incorreto, de modo que Antônio deve ajuizar uma reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal.

65

José, Prefeito Municipal, constantemente atuava como ordenador de despesas, o que decorria das reduzidas dimensões da estrutura administrativa. Ao final do primeiro exercício financeiro em que esteve à frente da Prefeitura Municipal, foi informado de que deveria elaborar duas prestações de contas, uma relativa às contas de governo, outra às contas de gestão. Ato contínuo, essas contas seriam encaminhadas ao Tribunal de Contas.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Tribunal de Contas deve:

- (A) emitir parecer prévio em relação às contas de gestão e julgar as contas de governo;
- (B) julgar as contas de governo e as contas de gestão, aplicando, se for o caso, as sanções cabíveis;
- (C) emitir parecer prévio em relação às contas de governo e julgar as contas de gestão;
- (D) apreciar a regularidade formal das contas de governo e das contas de gestão, eximindo-se de qualquer juízo de valor;
- (E) emitir parecer prévio a respeito das contas de governo e das contas de gestão.

66

Bernardo, servidor público municipal, ajuizou ação ordinária em face do Município Alfa, perante a Justiça Estadual, pleiteando o recebimento de adicional noturno, vantagem essa que era assegurada pela lei que instituiu o regime jurídico único dos servidores municipais nos seguintes termos: *"fica assegurada a percepção do adicional noturno, pelos servidores públicos municipais, nos mesmos termos em que é assegurado aos trabalhadores em geral pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)"*.

Ao ser citado, o Município Alfa arguiu a incompetência do juízo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a tese do Município está:

- (A) errada, já que a Justiça Estadual é competente para julgar toda e qualquer causa envolvendo os Municípios, incluindo a ação proposta por Bernardo;
- (B) certa, pois a Justiça Estadual não é competente para julgar nenhuma causa envolvendo os Municípios e os seus servidores, mas, sim, a Justiça do Trabalho;
- (C) errada, pois a Justiça Estadual deve julgar a ação ajuizada por Bernardo em razão do vínculo estatutário que mantém com o Município, ainda que haja remissão à CLT;
- (D) certa, pois, apesar de a Justiça Estadual ser competente, regra geral, para julgar as causas em que haja relação estatutária, no caso concreto há remissão à CLT;
- (E) errada, pois a Justiça Estadual é competente para julgar todas as ações propostas por servidores ou empregados municipais, regidos por regime estatutário ou pela CLT.

Direito Administrativo

67

Maria, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, praticou, no exercício da função, crime contra a Administração Pública. Após regular processo administrativo disciplinar (PAD), em que restaram comprovados os atos ilícitos praticados, foi aplicada a Maria a pena disciplinar de demissão. A Administração Pública, então, determinou o imediato cumprimento da penalidade imposta, logo após o julgamento do PAD, na pendência de julgamento de recurso administrativo, e cessou o pagamento da remuneração da servidora, bem como a afastou de suas funções. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando ilegalidade da execução dos efeitos materiais da pena de demissão enquanto não houvesse o trânsito em julgado da decisão administrativa.

De acordo com a Lei nº 8.112/90 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ordem deve ser:

- (A) denegada, por aplicação analógica da norma que faculta a autoridade administrativa que preside o PAD, a qualquer momento, decretar cautelarmente o afastamento do servidor investigado do cargo, com corte de seus vencimentos;
- (B) denegada, uma vez que não há ilegalidade no caso em tela, diante do atributo de autoexecutoriedade que rege os atos administrativos e porque o recurso administrativo, em regra, carece de efeito suspensivo;
- (C) concedida, pois a servidora impetrante tem o direito líquido e certo ao devido processo legal na tramitação do PAD, cujos recursos, em qualquer hipótese, têm duplo efeito: suspensivo e devolutivo;
- (D) concedida, eis que as decisões extremas de aplicação da penalidade de demissão somente produzem efeitos após o trânsito em julgado da decisão, pelo atributo da imperatividade do ato administrativo;
- (E) concedida, haja vista que a execução provisória de decisão administrativa de demissão ou cassação de aposentadoria de servidor público é possível apenas mediante decisão judicial, pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição.

68

A Resolução Administrativa nº 12/2016 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região regulamenta, no âmbito daquele Tribunal, a aplicação da resolução conjunta nº 04/2014, dos presidentes do CNJ e CNMP, que autoriza o porte de arma de fogo para os servidores que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, conforme permissivo legal do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).

Em tema de poderes administrativos, é correto afirmar que a citada resolução foi editada com base no poder:

- (A) de polícia do Judiciário, que tem competência legal para estabelecer os parâmetros internos para reger o porte de arma e demais questões afetas à segurança pública dos cidadãos e de seus servidores e magistrados;
- (B) discricionário, uma vez que cabe ao Presidente do respectivo Tribunal, no regular exercício da autonomia organizacional e administrativa de cada Tribunal, estabelecer regras internas sobre segurança pública;
- (C) normativo, que é aquele conferido à Administração Pública para expedição de normas gerais, abstratas e com efeitos *erga omnes*, para, no caso concreto, complementar a Lei nº 10.826/03, observados seus limites e visando à sua efetiva aplicação;
- (D) hierárquico, que é aquele exercido verticalmente, no topo da pirâmide administrativa do Tribunal por seu Presidente, que possui a competência legal para regulamentar atividades de segurança previstas na Lei nº 10.826/03;
- (E) disciplinar, que é a prerrogativa de direito público, para regulamentar e condicionar direitos e liberdades individuais, tendo por fundamento a supremacia do interesse público e, no caso concreto, ampliar as normas da Lei nº 10.826/03.

69

Em relação ao regime jurídico das empresas estatais, de acordo com o ordenamento jurídico e a doutrina de Direito Administrativo, as empresas públicas e as sociedades de economia mista:

- (A) integram a Administração Indireta, ostentando personalidade jurídica de direito público, e são criadas com a finalidade de prestar serviços públicos ou exploração de determinadas atividades econômicas de interesse da sociedade;
- (B) têm seus empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, com vínculo empregatício por meio de relação contratual de emprego, mas se submetem a algumas restrições aplicáveis aos servidores públicos em geral;
- (C) remuneram seus empregados com vencimentos, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, que não podem exceder, em qualquer caso, o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- (D) têm seu pessoal contratado mediante prévio concurso público de provas ou de provas e títulos, mas não se aplica a vedação constitucional de acumulação de cargos e empregos públicos a seus agentes;
- (E) concedem a estabilidade constitucional a seus empregados aprovados mediante concurso público após três anos de efetivo exercício, que somente poderão perder o emprego em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

70

Concessão de serviço público é a transferência da prestação de serviços públicos para particulares, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

De acordo com a Lei nº 8.987/95, ocorre extinção do contrato de concessão por encampação quando:

- (A) a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido, conforme apurado em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa;
- (B) o contrato de concessão for rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- (C) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente e a concessionária não atender à intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- (D) a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, por violação ao princípio da continuidade do serviço público, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- (E) o poder concedente retomar o serviço, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização à concessionária.

71

O Ministro do Trabalho e Emprego, no exercício de competência que lhe foi delegada, fez publicar no Diário Oficial da União portaria nomeando sua filha para exercer o cargo em comissão de chefe de gabinete do Ministério de que é titular.

Para combater o ato ilegal praticado, cabe ao legitimado ajuizar:

- (A) ação civil pública por ato de improbidade administrativa originariamente no Supremo Tribunal Federal, por violação ao princípio da moralidade;
- (B) mandado de segurança no Tribunal Superior do Trabalho, porque o ato de nepotismo viola princípios da Administração Pública;
- (C) mandado de injunção na Justiça Federal de primeiro grau, por ofensa à verbete de súmula do Supremo Tribunal Federal que veda o nepotismo;
- (D) ação popular originariamente no Superior Tribunal de Justiça, por violação ao princípio da impessoalidade;
- (E) reclamação no Supremo Tribunal Federal, por violação à súmula vinculante que veda o nepotismo.

72

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina contratou sociedade empresária para reforma do edifício sede do TRT. No curso do contrato, com base em critérios discricionários que atendem ao interesse público, a Administração Pública contratante deseja promover acréscimo quantitativo do objeto do contrato.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a alteração contratual pretendida no caso em tela:

- (A) pode ser imposta unilateralmente pela Administração ao contratado até o limite de cinquenta por cento do valor do contrato, em razão de cláusula exorbitante implicitamente constante no contrato por força de lei, pela supremacia do interesse público sobre o privado, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- (B) pode ser imposta unilateralmente pela Administração e o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas obras, até o limite de quinze por cento do valor inicial atualizado do contrato, em razão da supremacia do interesse público sobre o privado;
- (C) não pode ser imposta unilateralmente pela Administração, eis que não constou no contrato cláusula sobre alteração quantitativa de seu objeto, mas pode ser convencionada pelas partes, de forma consensual, desde que respeitada a economicidade e o valor de mercado, até o limite de vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato;
- (D) não pode ser imposta unilateralmente pela Administração, nem pode ser objeto de acordo entre as partes, devendo ser realizado novo procedimento licitatório para escolha de nova sociedade empresária interessada em prestar o serviço com valor mais vantajoso para a Administração Pública;
- (E) não pode ser imposta unilateralmente pela Administração, eis que não constou no contrato cláusula sobre alteração quantitativa de seu objeto, mas pode ser convencionada pelas partes, de forma consensual, desde que haja parecer prévio do Tribunal de Contas, até o limite de trinta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Noções de Direito Empresarial

73

Matheus foi empregado da sociedade empresária Itaiópolis Gaxetas Ltda. por vinte e cinco anos. Após ter seu contrato de trabalho rescindido sem o pagamento das verbas trabalhistas, Matheus ajuizou reclamação trabalhista em face da empregadora.

Antes do julgamento da reclamação trabalhista, Matheus tomou conhecimento do processamento da recuperação judicial do empregador, sendo certo que tal ato processual:

- (A) atingirá a reclamação trabalhista, promovendo sua extinção de pleno direito e atração para o juízo recuperacional, onde deverá ser ajuizada, diante da unidade desse juízo;
- (B) não atingirá nem a reclamação nem a execução trabalhista, que continuarão sendo processadas na Justiça do Trabalho até o trânsito em julgado;
- (C) atingirá a reclamação trabalhista, promovendo sua suspensão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do processamento da recuperação judicial, prazo esse que é improrrogável;
- (D) atingirá a reclamação trabalhista, promovendo sua suspensão até que o administrador judicial seja intimado para assumir a representação do empregador no processo;
- (E) não atingirá a reclamação, prosseguindo essa na Justiça do Trabalho até a apuração do crédito, que será inscrito no quadro geral de credores da recuperação judicial pelo valor determinado na sentença trabalhista.

74

A Companhia Y, com sede em Ouro, tem grande estrutura operacional, centenas de empregados e faturamento anual superior a dois bilhões de reais. O estatuto dessa companhia está prestes a ser reformado para incluir a possibilidade de participação no Conselho de Administração de 1 (um) representante dos empregados.

Acerca da inserção dessa cláusula no estatuto, é correto afirmar que:

- (A) não é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, uma vez que, para o Conselho de Administração, só podem ser eleitos acionistas pessoas naturais;
- (B) é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela companhia, em conjunto com as entidades sindicais que os representem;
- (C) é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto dos acionistas, em eleição conjunta com os empregados, e organizada pelas entidades sindicais destes;
- (D) não é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, haja vista que os membros do Conselho de Administração são indicados pelo acionista controlador;
- (E) não é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, porque tal faculdade só é lícita em companhias enquadradas como empresas de pequeno porte.

Noções de Direito Previdenciário

75

Reginaldo trabalha desde janeiro de 2017 numa casa de família como motorista particular, e possui dois filhos saudáveis com idades de 12 e 16 anos.

Considerando que Reginaldo recebe 1 salário-mínimo por mês, é correto afirmar, à luz da legislação previdenciária, que:

- (A) o empregado em questão tem direito a duas cotas do salário-família, cujo pagamento é condicionado à apresentação das certidões de nascimento dos filhos;
- (B) a faixa salarial de Reginaldo não o credencia ao recebimento do salário-família;
- (C) Reginaldo tem direito a duas cotas do salário-família, cujo pagamento é condicionado à apresentação das certidões de nascimento dos filhos, dos atestados de vacinação obrigatória anuais e de comprovação de frequência escolar;
- (D) o referido empregado só tem direito a uma cota do salário-família, cujo pagamento é condicionado apenas à apresentação da certidão de nascimento do filho de 12 anos;
- (E) por ser tecnicamente empregado doméstico, Reginaldo não tem direito à percepção de salário-família.

76

Priscila ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa Floresta do Sul S.A. postulando o reconhecimento de vínculo empregatício que alega ter durado 3 meses e o pagamento de vários direitos lesados. Em audiência, as partes entabularam acordo para pagamento de R\$1.000,00, sem reconhecimento de vínculo empregatício e sem indicação da natureza da parcela paga. O acordo proposto foi homologado judicialmente nesses termos.

Quanto à contribuição previdenciária que, nesse caso, deverá ser realizada por cada parte, é correto afirmar que:

- (A) cada litigante recolherá 31% do valor que foi objeto do acordo;
- (B) não havendo reconhecimento de vínculo empregatício no acordo, não se pagará INSS;
- (C) Priscila será considerada contribuinte facultativa, e só recolherá INSS se desejar computar aquele prazo para a sua aposentadoria;
- (D) a ré, por se tratar de sociedade anônima, fica isenta do recolhimento do INSS;
- (E) a autora recolherá 11% e a empresa tomadora, 20%.

Noções de Direito Penal

77

Caio, ao cessar suas atividades empresariais, determina que o responsável por inscrever informações na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos funcionários inclua no documento a informação de que os empregados foram demitidos em 01.02.2017, enquanto, na verdade, o vínculo empregatício foi rompido em 01.05.2017.

Descobertos os fatos, a Caio:

- (A) não poderá ser aplicada qualquer pena, já que não foi ele que inseriu a informação na carteira de trabalho;
- (B) será aplicada a pena do crime de falsificação de documento público;
- (C) será aplicada a pena do crime de falsificação de documento particular;
- (D) será aplicada a pena do crime de falsidade ideológica de documento público;
- (E) será aplicada a pena do crime de certidão ou atestado ideologicamente falso.

78

Insatisfeito com o comportamento de seu empregador Juca, Carlos escreve uma carta para a família daquele, afirmando que Juca seria um estelionatário e torturador. Lacia a carta e a entrega no correio, adotando todas as medidas para que chegasse aos destinatários. No dia seguinte, porém, Carlos se arrepende de seu comportamento e passa a adotar conduta para evitar que a carta fosse lida por qualquer pessoa e o crime consumado. Carlos vai até a casa de Juca, tenta retirar a carta da caixa do correio, mas vê o exato momento em que Juca e sua esposa pegam o envelope e leem todo o escrito. Ofendido, Juca procura seu advogado e narra o ocorrido.

Considerando a situação apresentada, o advogado de Juca deverá esclarecer que a conduta de Carlos configura crime de:

- (A) injúria, consumado;
- (B) tentativa de injúria, pois houve arrependimento eficaz, devendo Carlos responder apenas pelos atos já praticados;
- (C) tentativa de calúnia, pois houve desistência voluntária, devendo Carlos responder apenas pelos atos já praticados;
- (D) tentativa de calúnia, pois houve arrependimento eficaz, devendo Carlos responder apenas pelos atos já praticados;
- (E) calúnia, consumado.

79

Vitor, sócio administrador da Sociedade X, em razão da grande quantidade de serviço que desempenha, deixa de repassar no prazo devido, de maneira negligente, à previdência social contribuições previdenciárias recolhidas dos empregados contribuintes. Um dos empregados, porém, descobre o ocorrido e narra para autoridade policial.

Considerando as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de Vitor configura:

- (A) indiferente penal;
- (B) apropriação indébita comum majorada;
- (C) apropriação indébita previdenciária;
- (D) apropriação indébita de coisa havida por erro;
- (E) furto qualificado.

80

Lucas é empregador dos trabalhadores Manuel, Francisco e Pedro em sua fazenda na zona rural.

Analise as três situações apresentadas:

I. Lucas retém a carteira de identidade de Manuel, único documento deste, impedindo que deixe o local de trabalho.

II. Lucas autoriza que Francisco gaste apenas 15 minutos todo dia para horário de almoço, de modo que Francisco somente pode comprar uma refeição na pequena cantina de Lucas que funciona dentro da fazenda. Em razão dos altos preços dos produtos, Francisco contrai dívida alta e é impedido de deixar a fazenda antes do pagamento dos valores devidos.

III. Lucas instala diversas câmeras e outros mecanismos de vigilância ostensiva na fazenda com o fim de reter Pedro em seu local de trabalho.

Considerando as situações apresentadas, o comportamento de Lucas em relação a Manuel, Francisco e Pedro configura, respectivamente, o(s) crime(s) de:

- (A) redução à condição análoga à de escravo, nas três situações;
- (B) redução à condição análoga à de escravo, exercício arbitrário das próprias razões e redução à condição análoga à de escravo;
- (C) apropriação indébita, redução à condição análoga à de escravo e redução à condição análoga à de escravo;
- (D) cárcere privado, exercício arbitrário das próprias razões e redução à condição análoga à de escravo;
- (E) redução à condição análoga à de escravo, redução à condição análoga à de escravo e constrangimento ilegal.

Discursiva**1**

Clodoaldo é caixa executivo no Banco Estrela do Sul S.A., cumprindo jornada de 2ª a 6ª feira das 10:00 às 19:00 horas, com intervalo de 1 hora para refeição. O empregado em questão recebe salário fixo mensal de R\$3.000,00 acrescido de gratificação de função no valor R\$1.500,00. Além do serviço ordinário de um caixa executivo, na mesma jornada de trabalho e no mesmo local, Clodoaldo ainda faz venda de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada de empresas subordinadas ao seu empregador, ganhando comissão sobre tais vendas. Durante 2 meses o gerente de relacionamento Juraci afastou-se em razão de doença, e nesse período Clodoaldo o substituiu.

Diante da situação retratada, de acordo com a CLT e o entendimento consolidado pelo TST:

- i. analise se existe alguma responsabilidade das empresas subordinadas ao empregador de Clodoaldo pelo pagamento de eventuais direitos lesados e, em caso positivo, em que nível, justificando;
- ii. informe se a comissão auferida por Clodoaldo pela venda de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada integrará a sua remuneração, justificando;
- iii. analise se a jornada cumprida por Clodoaldo enseja pagamento de horas extras, justificando;
- iv. informe se Clodoaldo tem direito a alguma diferença salarial pelo período no qual substituiu Juraci, justificando;
- v. informe se Clodoaldo possui mais de um vínculo de emprego pelo fato de realizar vendas em benefício das empresas subordinadas ao seu empregador, justificando.

Quantidade máxima de linhas: 30

Valor da questão: 8 pontos

2

Jorge trabalhou como técnico de manutenção para a empresa Máquinas Eternas Ltda., localizada em Balneário Camboriú (SC), de 14.10.2012 a 20.01.2015, quando pediu demissão. Jorge ajuizou reclamação trabalhista pelo rito ordinário contra o ex-empregador em 19.03.2017, requerendo o pagamento de horas extras, adicional noturno e adicional de insalubridade. A reclamação foi distribuída para a 32ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú e, na data designada para a audiência, o reclamante não compareceu. Posteriormente, em 13.05.2017, Jorge ajuizou a mesma ação contra a mesma empresa, cumprindo todos os requisitos legais, e desta feita compareceu à audiência de conciliação. Feito o pregão e tentado o acordo entre as partes, sem êxito, a empresa apresentou contestação na qual sustentou a ocorrência de prescrição extintiva e requereu a imediata suspensão do processo porque conseguiu a sua recuperação judicial na semana anterior à audiência, comprovando documentalmente o fato, o que exigiria a paralisação do feito por 180 dias.

Diante da situação retratada, de acordo com a Lei e o entendimento consolidado pelo TST, responda:

- i. qual será o resultado da 1ª ação, justificando;
- ii. informe se a 2ª demanda será levada à livre distribuição, justificando;
- iii. analise se existe prescrição extintiva, justificando;
- iv. analise se a 2ª demanda deve ser suspensa, justificando.

Quantidade máxima de linhas: 30

Valor da questão: 6 pontos

3

Determinada sociedade empresária foi fiscalizada, no mesmo dia, em duas ocasiões distintas. Na primeira, fiscais estaduais identificaram o descumprimento das normas veiculadas em Lei Estadual X que estabeleceu *“a política estadual de proteção da saúde do trabalhador, segurança e higiene do trabalho e dispôs sobre o controle de sua observância”*, aplicando as multas ali previstas. Na segunda, fiscais federais aplicaram multas com base na Lei Federal Y, que dispunha sobre *“a qualidade ambiental ocupacional”*.

À luz desses fatos, o diretor-presidente da sociedade empresária solicitou ao seu departamento jurídico que analisasse dois aspectos: a compatibilidade da Lei Estadual X e da Lei Federal Y com a Constituição Federal de 1988 e o juízo competente para analisar possíveis ações judiciais que se insurjam contra as multas aplicadas.

Analise os aspectos mencionados.

Quantidade máxima de linhas: 20

Valor da questão: 6 pontos



S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

S.P.Q.R.

Realização

 **FGV PROJETOS**

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS